Projeto de Lei nº XXX , xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2018.

(Autoria: Poder Executivo)

Altera a Lei nº 4.966, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a regularização fundiária no Distrito Federal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Os dispositivos da Lei nº 4.966, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a regularização fundiária urbana no Distrito Federal e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

I – Art. 1º:

Art. 1º Aplicam-se ao Distrito Federal os dispositivos referentes à regularização fundiária de assentamentos urbanos constantes da Lei nacional nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e os dispositivos referentes à Legitimação Fundiária da Lei nacional nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

II – Art. 3º, caput e incisos II a V:

Art. 3º Fica autorizada a regularização, por meio de doação, de imóveis do Distrito Federal predominantemente habitacionais de até duzentos e cinquenta metros quadrados aos atuais ocupantes de parcelamentos informais consolidados, previstos na Estratégia de Regularização Fundiária de Interesse Social do Plano Diretor de Ordenamento territorial, ou enquadrados como REURB-S, que cumpram, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – ...

II – não ter sido beneficiados em programas habitacionais do Distrito Federal e, quando houver cadastro unificado, em outra unidade federativa;

III – comprovar a residência na unidade imobiliária nos últimos cinco anos;

IV – não ser e nem ter sido proprietário, beneficiário, concessionário, foreiro ou promitentes compradores de imóvel residencial no Distrito Federal e, quando houver cadastro unificado, em outra unidade federativa;

V – não ter sido beneficiário contemplado por legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade, ainda que situado em núcleo urbano distinto; e

III – Art. 4º:

Art. 4º Os ocupantes dos imóveis que não atenderem ao disposto nos arts. 2º, 3º e 3ºA, tem direito à regularização fundiária, mediante o pagamento de valor correspondente à avaliação realizada com base em critérios específicos para fins de regularização e nas condições definidas por ato do Poder Executivo, desde que não sejam proprietários, promitentes compradores ou cessionários de outro imóvel no Distrito Federal.

IV – Art. 10:

Art. 10. O disposto nesta Lei deve ser aplicado, conforme a atribuição, pelo órgão responsável pela política de regularização fundiária urbana ou entidades a ele vinculadas.

Art. 2º A Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

I – Art. 3º, inciso VI e parágrafo único:

VI– não ocupar área com restrição urbanística e ambiental nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Excetuam-se da dimensão máxima especificada da unidade imobiliária indicada no *caput* os imóveis com predominância habitacional situados em parcelamentos promovidos pelo Poder Público, indicados no art. 127 da Lei Complementar nº 803/2009.

II – Art.3º A:

Art. 3ºA Fica autorizada a regularização por Legitimação Fundiária de imóveis do Distrito Federal, predominantemente habitacionais de até duzentos e cinquenta metros quadrados, comprovadamente existente em 22 de dezembro de 2016; para os assentamentos constantes do Art. 127, da Lei Complementar no. 803, de 25 de abril de 2009, ou enquadrados como REURB-S, aos atuais ocupantes que residam no imóvel objeto da regularização, desde que cumpram, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – possuir renda familiar de até 5 salários-mínimos;

II – não ter sido beneficiado em programas habitacionais do Distrito Federal e, quando houver cadastro unificado, em outra unidade federativa;

III – não ser e nem ter sido proprietário, beneficiário, concessionário, foreiro ou promitentes compradores de imóvel residencial no Distrito Federal e, quando houver cadastro unificado, em outra unidade federativa;

IV – não ter sido beneficiário contemplado por legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade, ainda que situado em núcleo urbano distinto; e

V – não ocupar área com restrição urbanística e ambiental nos termos da legislação vigente.

§1º Excetua-se da dimensão máxima especificada da unidade imobiliária indicada no *caput* os imóveis com predominância habitacional situados em parcelamentos promovidos pelo Poder Público, indicados no art. 127 da Lei Complementar nº 803/2009.

§2º A Legitimação Fundiária não se aplica aos núcleos urbanos informais situados em imóveis do Distrito Federal que sejam caracterizados como:

I – Áreas de Regularização de Interesse Específico – ARINE;

II – Parcelamento Urbano Isolado de Interesse Específico – PUI-E;

III – Reurb-E;

IV – imóveis com finalidade não residencial situados em áreas de regularização de interesse social – ARIS, Parcelamento Urbano Isolado de Interesse Social - PUI-S e Reurb-S.

§3º Excetua-se o disposto no inciso IV do §2º quando reconhecido e justificado interesse público por ato do Governador do Distrito Federal.

§4º O registro da Legitimação Fundiária por meio da Certidão de Regularização Fundiária – CRF deve ser averbado nas matrículas dos imóveis por ela alcançadas.

III – Art. 7º, parágrafo único:

Parágrafo único. Excetua-se do *caput* os beneficiários de REURB-S.

IV – Art. 7ºA:

Art. 7ºA O requerimento de regularização fundiária por proprietários de terreno, loteadores e incorporadores que tenham dado causa à formação de núcleos urbanos informais consolidados, ou os seus sucessores, não os eximirá de responsabilidades administrativa, civil ou criminal.

V – Art. 7ºB:

Art. 7ºB O órgão responsável pelo processo de regularização fundiária urbana deve dar publicidade a todas as etapas do processo de regularização e informar

os dados das unidades imobiliárias e dos beneficiários, de maneira a facilitar o acompanhamento e controle pela população.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, XX de outubro de 2018

131º da República e 59º de Brasília

RODRIGO ROLLEMBERG

Governador do Distrito Federal